



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SUELY MEDEIROS BALBINO

**GESTÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO
EM UMA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS DA PARAÍBA**

CAMPINA GRANDE - PB

2019

SUELY MEDEIROS BALBINO

**GESTÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO EM UMA
ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS DA PARAÍBA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao departamento do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Terceiro Setor

Orientador: Prof. Me. José Péricles Alves Pereira

CAMPINA GRANDE - PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B172g Balbino, Suely Medeiros.
Gestão de recursos do terceiro setor [manuscrito] : estudo de caso em uma entidade sem fins lucrativos da Paraíba / Suely Medeiros Balbino. - 2019.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Prof. Me. José Pércles Alves Pereira ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Terceiro setor. 2. Gestão de recursos. 3. Tomada de decisões. I. Título

21. ed. CDD 658.048

SUELY MEDEIROS BALBINO

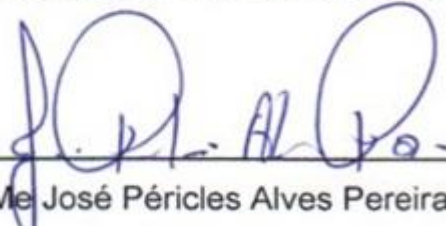
GESTÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR: ESTUDO DE CASO EM UMA ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS DA PARAÍBA

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao departamento do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

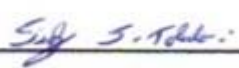
Área de concentração: Terceiro Setor

Aprovada em: 18/06/2019.


Professores que compuseram a banca:



Prof. Me José Péricles Alves Pereira
Orientador



Prof. Me Sidney Soares de Toledo
Membro



Prof. Me José Luis Souza
Membro

Ao SPM NE, pela representatividade que tem na vida de famílias, pela luta por garantia de direitos e um modo de vida mais justo e sustentável. Pelo carinho, acolhimento e companheirismo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por minha vida.

À Dona Maria, minha amada mãe, por todo amor e dedicação. Gratidão a ela, que sempre coloca-me em suas orações e abençoa-me todos os dias.

A Jorge, meu querido esposo, pelo apoio ao longo de todo o curso, pelo companheirismo e por fazer de tudo para contribuir com minhas realizações.

A Maria Cecília, minha filhota linda, por tanto carinho

Ao professor Pércles, que aceitou orientar a construção deste trabalho, dispôs-se a reunir-se para dialogarmos sobre o mesmo e me incentivou a concluir esta etapa final do curso.

Aos professores/as do Curso de Ciências Contábeis, que contribuíram ao longo da minha trajetória acadêmica, na construção do conhecimento.

Aos funcionários da UEPB, em especial ao querido Serginho, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário, como também por toda atenção e cordialidade.

Aos colegas de classe pelos momentos que ficaram eternizados. Gratidão às amigas Cataline Laborde, Dágma Roque e Tamara Lígia, pelos laços construídos no curso e para além dele, bem como pelo apoio e pelas vivências.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP1MC	Associação Programa um milhão de cisternas
ASA	Articulação do Semiárido brasileiro
CF	Constituição Federal.
CFC	Conselho federal de Contabilidade
ESFL	Entidade Sem fins Lucrativos
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
SPM NE	Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste
ESFL	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo geral analisar a Gestão de recursos do Terceiro Setor, a partir da aproximação com uma Entidade Sem fins Lucrativos denominada Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM NE). Além deste, buscou caracterizar o Terceiro Setor; conhecer sua legislação e contabilidade específica, bem como compreender o funcionamento e a dinâmica de uma organização deste setor. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica e exploratória, dentro de uma abordagem qualitativa, numa perspectiva participante. Se deu através de conversas informais e entrevista semiestruturada, com subsídio de materiais disponíveis na instituição. Dentre os resultados, foi evidenciado que: os recursos do SPM NE são oriundos de projetos financiados com recursos públicos e privados, responsáveis pela manutenção das atividades e constituição do patrimônio; sua gestão é baseada no cumprimento de prerrogativas internas e externas, em atendimentos às exigências dos colaboradores/investidores e a tomada de decisões não se concentra na figura de um indivíduo. Concluiu-se que o Terceiro Setor é um organismo com dinamismo próprio, constituído sem finalidade de gerar lucros, com características específicas e atuação fundamentada no atendimento aos interesses sociais e produção de bens públicos.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Gestão de recursos. Tomada de decisões.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the Management of resources of the Third Sector, from the approach with a Non Profit Entity denominated Pastoral Service of Migrants of the Northeast (SPM NE). Besides this, it sought to characterize the Third Sector; know their legislation and specific accounting, as well as understand the functioning and dynamics of an organization in this sector. The research was developed from a bibliographical and exploratory review, within a qualitative approach, in a participant perspective. It was done through informal conversations and semi-structured interviews, with subsidy of materials available at the institution. Among the results, it was evidenced that: the resources of the SPM NE come from projects financed with public and private resources, responsible for the maintenance of the activity and constitution of the patrimony; its management is based on the fulfillment of internal and external prerogatives, in response to the demands of the employees / investors and the decision making does not focus on the figure of an individual. It was concluded that the Third Sector is an organism with its own dynamism, constituted with no purpose of generating profits, with specific characteristics and action based on attendance to social interests and production of public goods.

Key-words: Third Sector. Resource management. Decision-making.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. O PERFIL DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS (TERCEIRO SETOR) .	12
2.1 Aspectos legais.....	14
2.2 A contabilidade e sua relação com o processo de gestão das organizações do Terceiro Setor	15
2.2.1 Contabilidade Por Fundos.....	16
3. METODOLOGIA.....	19
4. A ATUAÇÃO DO SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES DO NORDESTE..	21
4.1. Quanto à classificação e a origem dos recursos.....	24
4.2. Do gerenciamento dos recursos.....	26
5. CONSIDERAÇÕES	30
REFERÊNCIAS.....	32
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	34

1. INTRODUÇÃO

A humanidade, desde as primeiras civilizações, constituiu-se culturalmente com a ação coletiva de sujeitos, em prol de objetivos comuns para uma vida em sociedade. A criação de inúmeros movimentos, especialmente em meados do século XX, em resposta às demandas sociais desencadeados pela Revolução Industrial, foram berço para as Entidades Sem fins Lucrativos (ESFL), que compõem o terceiro setor. Com base nas proposições de José Martonio Alves Coelho, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (em contribuição com a construção do manual de procedimentos para Terceiro Setor), pode-se afirmar que em meados do século XX grupos da sociedade civil se organizaram e passaram a constituir-se juridicamente, sem finalidade lucrativa, em defesa questões de caracteres diversos, resultando na construção de Entidades que compreendem o Terceiro Setor.

O Brasil é um país de alta carga tributária, palco de grandes escândalos em todas as esferas do poder público e cujos direitos humanos foram historicamente negados ao pobre, ao negro, ao índio, a mulher, ao portador de necessidades especiais, ao idoso, ao agricultor, ao operário, entre outros. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, apresenta-se estruturado em três setores distintos, responsáveis pelo seu crescimento: O primeiro setor é o Estado, responsável pela arrecadação de tributos e financiamentos que devem, obrigatoriamente, ser convertidos em melhorias sociais de infraestrutura, saúde e educação, por exemplo. O segundo é o Mercado, representado pelas empresas privadas cujos recursos são oriundos de suas atividades e têm como finalidade a obtenção do lucro. Ambos os setores atuam de acordo com a legislação do modelo de sociedade que se enquadram. E o terceiro Setor, composto por Entidades Sem Fins Lucrativos, consideradas como àquelas que não têm finalidade econômica, não pertencem ao que chamamos de primeiro, nem ao segundo setor e desempenham uma função social muito abrangente no atual cenário brasileiro.

As organizações que compõem o Terceiro Setor vêm se destacando na sociedade pela promoção de práticas sociais de caráter ambiental, cultural, educativo, esportivo, entre outros. As entidades sem fins lucrativos atuam na execução, como também na construção, de políticas públicas em diversos âmbitos

sociais, com concessões de imunidade ou isenção tributária, atendendo aos requisitos legais para isto.

O Estado da Paraíba, como muitos Estados, enfrenta sérios problemas sociais como o combate à violência, a fome, a migração forçada e a convivência com prolongadas secas, que acometem principalmente a região Nordeste. Tendo em vista a incapacidade do governo em atender as demandas sociais, muitas entidades trabalham em prol da dignidade humana, com atuação de cunho assistencial. Uma iniciativa de política pública criada em defesa da vida e dos direitos humanos é a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Trata-se de uma associação que desenvolve um trabalho socioambiental em rede, com Entidades Sem Fins Lucrativos de vários estados. Capta recursos diretamente de órgãos públicos e privados, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS) e da Fundação Banco do Brasil (FBB).

As proposições acima trazem a seguinte inquietação: **Como são geridos os recursos captados por uma Entidade Sem fins Lucrativos?**

Compreendendo o termo gestão como um processo, precisa-se analisar os aspectos a ele atrelados, ou seja, o que está envolvido/relacionado com a gestão. O presente artigo tem como objetivo geral analisar a gestão de recursos do Terceiro Setor, a partir da aproximação com uma Entidade Sem Fins Lucrativos, denominada Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM NE). Para tanto, utiliza-se de objetivos específicos como: caracterizar o Terceiro Setor; conhecer sua legislação e contabilidade específica, bem como compreender o funcionamento e a dinâmica de uma organização deste setor. A necessidade em estudar a temática também está intimamente ligada a minha experiência profissional na Gestão de projetos de Convivência com o Semiárido brasileiro, do SPM NE. Na condição de funcionária, no período de 2012 a 2017 e atualmente associada à instituição, conheci sua gestão e funcionamento, do planejamento à fiscalização das atividades, tanto do ponto de vista financeiro como o processo em si.

A relevância em abordar o processo de gestão de uma entidade que compõe o terceiro setor se dá porque grande parte da população desconhece o funcionamento das organizações sociais ou tem uma visão superficial e muitas vezes distorcida de suas atuações. Além disso, julga-se pertinente trazer para academia uma questão social, uma vez que a contabilidade é uma ciência social. Almeja-se poder compartilhar um pouco da atuação do terceiro setor e a legitimidade

de suas práticas, com a sociedade, o campo acadêmico, parceiros/as que apoiam as iniciativas de inúmeras Entidades e com as próprias Entidades.

Neste estudo destaca-se que a razão de existência do Terceiro Setor não é o lucro e que o patrimônio é coletivo, pertence à comunidade, à medida que é convertido em melhorias sociais. O trabalho encontra-se estruturado em capítulos, sendo este primeiro uma visão geral dos aspectos abordados. No capítulo 2, apresenta a fundamentação teórica do trabalho: o perfil do Terceiro Setor, sua identidade, características, classificação das organizações que o compreendem, a legislação e a contabilidade específica. No capítulo 3 discorre sobre a metodologia adotada para o estudo. No capítulo 4 trata da atuação de uma Entidade Sem Fins Lucrativos (o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste), suas práticas administrativas e apresenta os resultados da pesquisa. A partir destas discussões far-se-á as considerações, com algumas proposições quanto ao tema abordado.

Salienta-se que, o estudo não pretende encerrar-se em si mesmo, mas servir de base para o desenvolvimento de trabalhos futuros visto que, não foram encontradas muitas produções científicas que discorrem sobre o assunto.

2 O PERFIL DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS (TERCEIRO SETOR)

O cenário brasileiro atual é composto por três setores distintos, responsáveis pelo crescimento da economia. As entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL), consideradas como àquelas que não têm finalidade econômica, não pertencem ao que chamamos de primeiro setor, o setor público (o Estado), nem ao segundo setor, o privado (o mercado) e desempenham uma função social muito abrangente no atual cenário brasileiro. Para Szazi (2004, p.52):

O Primeiro Setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsáveis pelas questões individuais. Com a falência do estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais por meio de inúmeras instituições que compõe o chamado Terceiro setor. Ou seja, o Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

No primeiro setor os recursos advém da arrecadação de tributos e financiamentos e, obrigatoriamente, devem ser convertidos em melhorias sociais de infraestrutura, saúde e demais campos de responsabilidade do poder público. Quanto ao Segundo setor, representado pelas empresas privadas, com finalidade de gerar lucros, têm recursos oriundos de suas atividades e administram o produto final (o lucro) de acordo com a legislação do modelo de sociedade que se enquadrem. Na concepção de Fernandes (1994, p.65), o Terceiro Setor seria o “conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas à produção de bens públicos”. Pode-se dizer que consiste na combinação entre público e privado, uma vez que organizações de iniciativas privadas, se constituem com o objetivo de produzir bens e serviços de interesse público, pertencentes à coletividade. A base do Terceiro Setor está ancorada nas correntes sociais atuais que, de acordo com Falconer (1999, p.22), “procuram resgatar a dimensão não econômica das relações privadas, para compreender melhor a influência de fatores como valores coletivos nas relações sociais”.

Segundo Oliveira e Romão (2014, p.28):

Genericamente, o Terceiro Setor é visto como derivado de uma conjunção das finalidades do Primeiro Setor com a metodologia do Segundo, ou seja, composto por organizações que visam a benefícios coletivos, embora não sejam integrantes do governo. São

de natureza privada, embora não objetivem auferir lucros. As organizações que atuam efetivamente em ações sociais, na busca de benefícios coletivos públicos, que podem ser considerados como de utilidade pública, são capazes de auxiliar o Estado no cumprimento de seus deveres, atentando para as desigualdades vigentes no país e a incapacidade do Estado de desempenhar com eficiência as atividades em lhe são atribuídas.

No desempenho de atividades de caráter beneficente, coletivo e público, identifica-se inúmeras categorias, dentre as quais estão as associações, fundações, Organizações Filantrópicas e Organizações Não-governamentais, dentre outras. Elas funcionam como um braço para o Estado na execução de suas obrigações sociais e garantia de direitos, representando uma luta em defesa da criação e efetivação de políticas públicas. Os autores citados acima relacionam o surgimento do Terceiro Setor ao surgimento das Entidades Sem fins Lucrativos.

Através do estudo da temática, percebe-se que buscar um conceito que defina o Terceiro Setor ainda é uma tarefa difícil, tendo em vista as distorções quanto às terminologias atribuídas e o vasto número de entidades pertencentes a este grupo. Classificar, assim como definir as entidades sem fins lucrativos, não é fácil. Olak e Nascimento e Olak (2010) chamam atenção para a confusão e uma tendência de classificar como sinônimas diversas terminologias como: Terceiro Setor, organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil, entidades beneficentes e organizações filantrópicas, entre outras. Outra observação pertinente diz respeito à expressão “sem fins lucrativos” que, segundo eles, não define o terceiro setor e o papel que desempenha no contexto social, econômico e político na contemporaneidade.

Nas palavras de Machado (1998, p.69):

A instituição sem fins lucrativos é aquela que não se presta como instrumento de lucro para seus investidores ou dirigentes. A instituição pode, e deve, lucrar. Lucrar para aumentar seu patrimônio e assim prestar serviços cada vez a maior número de pessoas, e cada vez de melhor qualidade. O que não pode é distribuir lucros. Tem de investir os que obtiver, na execução de seus objetivos.

Entidades sem fins lucrativos, com base nos apontamentos de Andrade (1991, p.310), “são aquelas instituições constituídas com um objetivo específico, visando atender interesses sociais, quer seja de caráter educativo, cultural, religioso, ou filantrópico.” Por não terem interferência do Estado, estas instituições se

constituem pela união voluntária de indivíduos da sociedade civil em prol de interesses coletivos.

Regulamentado pela Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998, a voluntariedade, no Brasil, de acordo com Nascimento e Olak (2010, p.93), é considerado como:

Atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Nesse sentido, ao contrário das empresas, cujo funcionamento está voltado para o crescimento do patrimônio e a geração de lucros para o(s) proprietário(s), a dinâmica das ESFL consiste em construir um patrimônio social, no qual associados e colaboradores/financiadores não podem auferir quaisquer ganho sobre ele. Dentre as principais características das Entidades sem Fins lucrativos pode-se destacar que objetivam um produto social e tem finalidade pública; sua sustentabilidade pode advir de doações, auxílios, convênios com entidades nacionais ou estrangeiras, parcerias com empresas privadas, subvenções dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, entre outros; e normalmente têm imunidade e isenção tributária. Nascimento e Olak (2010, p.6) afirmam que é possível definir As ESFL da seguinte forma:

São instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para os seus membros ou mantenedores.

As discussões a este respeito são construídas em torno dos eixos: indivíduo, sociedade e transformação, dentro de um contexto histórico-social.

2.1 Aspectos legais

Por possuírem características distintas nos mais variados aspectos, da constituição à captação de recursos, as Entidades Sem Fins Lucrativos requerem gerenciamento e contabilidade próprios, pois o modelo gerencial das entidades com finalidade lucrativa não atenderá às necessidades e especificidades deste Setor. Assim sendo, faz-se necessário conhecer o que a legislação estabelece para as

entidades sem finalidade lucrativa. A legislação que vigora sobre o Terceiro setor é baseada em artigos da Constituição Federal (CF), bem como leis, normas e decretos e respectivas alterações. Em seu artigo 150, a CF determina que:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedada à União, aos Estados, ao distrito Federal e aos Municípios: instituir impostos sobre: (a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros; (b) templos de qualquer culto; (c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Em, linhas gerais, a CF discorre sobre a imunidade tributária às Entidades que atuam sem finalidade lucrativa. O conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com Nascimento e Olak (2010, pag. 53), editou algumas normas técnicas para serem aplicadas:

- NBC T 10.4 – Fundações (Resolução CFC nº 837/99);
- NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe (Resolução CFC nº 838/99, de 22 de fevereiro de 1999);
- NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros (Resolução CFC nº 877/00, alterada pelas Resoluções CFC nº 926/2001 e nº 966/2003).

Os autores enfatizam que, apesar das resoluções acima, as demonstrações contábeis de muitas entidades continuam sendo elaboradas e publicadas de acordo com os parâmetros das empresas. As resoluções representam indícios de propostas pensadas para o setor, mas não tratam-no de forma aprofundada, o que pode vir a justificar a adequação da contabilidade empresarial à de Entidades não governamentais. A Lei 9.790/99, conhecida como marco legal do terceiro setor, trata de significativas alterações inseridas na atual legislação, no tocante às organizações da sociedade civil, a exemplo: a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

2.2 A contabilidade e sua relação com o processo de gestão das organizações do Terceiro Setor.

Desde o início das civilizações, a humanidade busca organizar-se socialmente, com vistas a atender as suas necessidades, tomar decisões e dar respostas às

demandas que caracterizam cada momento da história. Ao fazer referência à contabilidade, deve-se partir do princípio que ela constitui-se enquanto ciência social, cujo objeto de estudo é o patrimônio das entidades, com ou sem fins lucrativos, constituído pela humanidade. Com vistas a auxiliar a gestão de uma organização, uma vez que gera informações relevantes para tomada de decisões, a contabilidade “pode ser conceituada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social a fim de permitir decisões e julgamentos adequados de parte dos usuários da informação”. Ludícibus (1997, p. 26).

A este respeito, Franco (1997, p. 21) acrescenta que a contabilidade é

[...] a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientações -necessárias à tomada de decisão – sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Pode-se inferir que as informações econômico-financeiras, fornecidas pela contabilidade, são fundamentais para o processo de gestão de toda e qualquer entidade, inclusive as sem fins lucrativos, pois legitimam a tomada de decisões. Por ser caracterizada como ciência da informação, a apreciação e divulgação de resultados, por meio de relatórios, demonstrações e pareceres, por exemplo, representam importantes ferramentas de comunicação entre a entidade e a sociedade, personalidades física e jurídica.

Considerando-se o papel informativo da Contabilidade, entende-se que ela pode contribuir para melhorar o quadro atual das organizações do Terceiro Setor, elevando a qualidade da informação contábil, fornecendo informações condizentes com a realidade dessas organizações e demonstrando a transparência de suas práticas.

2.2.1 Contabilidade Por Fundos

O Sistema de Contabilidade por fundos representa uma alternativa ao setor, na perspectiva de evidenciar nas suas demonstrações a origem dos recursos, como por exemplo as doações.

Segundo Nascimento e Olak (2010), a nomenclatura fundo é relativa, única e exclusivamente, à contabilidade. Assim sendo, um fundo só poderá ser compreendido dentro de um contexto específico – Sistema de Contabilidade por Fundos, aplicado às Entidades do Terceiro Setor.

Ao longo do trabalho utiliza-se o termo entidade para fazer referência às organizações contábeis, em especial àquelas pertencentes ao Terceiro Setor, num sentido de organismo independente. Segundo Ludícibus (1993, p.8), uma entidade contábil pode ser compreendida enquanto:

Ente juridicamente delimitado ou não, divisão ou grupo de entidades ou empresas para os quais devemos realizar relatórios distintos de receitas e despesas, de investimentos e retornos, de metas e realizações, independentemente dos relatórios que fizemos para as pessoas físicas ou jurídicas que têm interesse em cada uma das entidades definidas em cada oportunidade.

Dessa forma, uma entidade contábil assume um caráter específico, pois é criada sob uma normatização, com regras e restrições, quer seja organizações governamentais ou não, para contabilização de recursos com fins específicos. Nesse contexto, “para consecução dos seus fins, um fundo pode ter um conjunto de ativos, obrigações, patrimônio líquido, receitas/ganhos e despesas/perdas”, concebidos sob óticas distintas nas empresas e nas ESFL. Nascimento e Olak (2010, p.121)

De acordo com os autores, o que diferencia o sistema de contabilidade por fundos do sistema contábil das empresas é que, diferentemente desta última, onde a estrutura é formada por ativos, passivos e patrimônio líquido, com respectivas receitas e despesas, nas ESFL existe um elenco de contas para cada fundo específico. Em conformidade, Wolf (1990, p.172), ao referir-se ao Sistema de Contabilidade Por Fundos, entende este como “método que permite às organizações destinar seus recursos financeiros de acordo com várias categorias de fundos. Cada fundo torna-se uma entidade contábil, com receitas, despesas, ativos e passivos próprios”.

Em suma, pode-se afirmar que a Contabilidade Por Fundos é:

Uma forma de registro contábil em que uma entidade segrega os ativos, os passivos e até o patrimônio líquido, em função da natureza dos recursos que estão sendo utilizados, conforme a necessidade de

se manter controle em função do uso desses mesmos recursos.
Martins (1998, p. 120)

Vale ressaltar que, no sistema de contabilidade por Fundos os recursos da entidade são segregados em várias categorias de fundo, obedecendo às possibilidades, exigências e restrições de uso dos recurso, quer seja por parte dos doadores, bem como das deliberações da instituição e ainda em conformidade com a legislação.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido, inicialmente, com fundamentos de uma revisão bibliográfica e exploratória, de materiais relacionados ao estudo proposto. A pesquisa bibliográfica consiste, de acordo com Lakatos (2000, p.66), “no levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico [...]”. Parte-se de uma análise literária para ter-se respaldo sobre a temática e os aspectos correlacionados. A pesquisa é exploratória pois, como indica Gil (2002,77), “é a leitura exploratória que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa.”

Em um segundo momento, assume uma abordagem qualitativa, numa perspectiva participante, que possibilita a compreensão da realidade social. Conforme Minayo (2011, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

A este respeito, Gamboa (2007, p. 41) indica que “nas Ciências Sociais como na educação tanto o investigador como os investigados (grupo de alunos, comunidade ou povo) são sujeitos; o objeto é a realidade. A realidade é um ponto de partida e serve como elemento mediador entre os sujeitos”.

Numa perspectiva de pesquisa participante, o trabalho tem a finalidade de analisar a gestão de recursos do Terceiro Setor, a partir da aproximação com uma Entidade Sem Fins Lucrativos, denominada Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM NE). Segundo Silva (2006), na pesquisa participante a figura do pesquisador não desaparece nem se dilui, mas entra em articulação com os outros sujeitos que também passam a contribuir com o processo de construção do conhecimento.

A aproximação da realidade se deu através de conversas informais com membros do SPM NE, nas experiências de escritório e no campo de atuação da instituição (acompanhamento e participação nas experiências implementadas), bem como por meio de materiais disponíveis nas redes sociais. Na oportunidade buscou-se conhecer melhor a identidade de uma Entidade Sem fins Lucrativos, como se

originou, quais os princípios que norteiam suas ações e funcionamento. Esse contato com a instituição e a comunidade por ela assistida, proporciona observar e participar da realidade, bem como conhecer e compreender o contexto do Terceiro Setor.

Pode-se afirmar que a observação participante permite, de certo modo, fazer parte da realidade em estudo e dos processos educativos que a envolvem. A este respeito, Minayo (2011, p.70) afirma que “a filosofia que fundamenta a *observação participante* é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro”. Neste sentido, a atividade de observação confere ao pesquisador liberdade de relacionar-se com seu campo de pesquisa, ao mesmo tempo em que evita prejulgamentos e preconceitos da realidade que se pretende investigar. Além disso, fornece indícios do contexto do Terceiro Setor e impulsiona o aprofundamento de outras questões relacionadas à temática.

Com objetivo de analisar o funcionamento da instituição, no que diz respeito às questões financeiras e físicas (na instituição em estudo, o termo físico é usado para referir-se ao que se produz na prática, como por exemplo a construção das cisternas e os elementos operacionais que se vinculam), foram elaborados questionamentos para dialogar com os membros da instituição. A opção foi entrevista semiestruturada, que combina perguntas abertas e fechadas, nas quais, de acordo com Gil (1999, p. 120) “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Assim sendo, a partir da entrevista semiestruturada aprofundou-se questões relativas às dimensões das práticas da entidade.

Salienta-se que o processo de análises se deu ao longo da pesquisa, desde as observações da realidade até as entrevistas aplicadas. Para isso, fez-se uso de ferramentas como diário de campo e gravador.

As questões analisadas tiveram como referenciais teóricos pesquisadores/as, entre os/as quais destacamos Paulo Arnaldo Olak e Diogo Toledo do Nascimento, entre outros/as. Ao final das abordagens, foram apresentadas proposições acerca do estudo desenvolvido.

4 GESTÃO DE RECURSOS DO SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES DO NORDESTE (SPM NE)

A maneira como uma instituição gerencia seus recursos revela suas prioridades e os critérios adotados por ela. O bom gerenciamento representa um indicativo positivo, pois conferem credibilidade e transparência das suas ações, perante a sociedade e parceiros que apoiam as iniciativas do Terceiro Setor. Segundo Costa (2005, p. 13), a credibilidade é um diferencial para a manutenção da imagem e sustentabilidade de organizações pertencentes ao terceiro setor. A análise da gestão de recursos do Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste foi feita de forma contextualizada, considerando os aspectos constitutivos e operacionais.

Sobre a origem da Instituição e início das atividades, esclarece-se que o SPM NE surgiu a partir do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), instituição com atuação em vários estados. A extensão da sigla NE (e conseqüentemente a personalidade jurídica) fez-se necessário para atender às demandas da nossa região. Segundo um dos seus membros, o início das atividades na Paraíba se deu em 1994, com a presença da Congregação dos missionários de São Carlos, com os padres Scalabrinianos, no acompanhamento aos cortadores de cana que saíam da região do Agreste do estado para o trabalho da colheita da cana no litoral da Paraíba, de Pernambuco ou de outros estados do Brasil. A partir de então os trabalhos foram sendo ampliados. O SPM NE tem sede no município de Bayeux e funcionamento em outros dois espaços, sendo um em Ingá, para articulação e fortalecimento de suas ações e outro em Jacumã, que atualmente acolhe imigrantes e refugiados.

O início das atividades do Terceiro Setor, assim como a iniciação do SPM, está intimamente ligado à atuação da igreja, às missões e o acolhimento aos pobres e imigrantes. Os profetas judeus, como aponta Oliveira e Romão (2014, p.37), foram pioneiros das modernas organizações promotoras de campanhas. Como indicam os autores, “davam-se ao trabalho de promover a justiça social, política e econômica e pressionavam seus governos a modificar as práticas políticas e administrativas.” Segundo Falconer (1999), a atuação das organizações que compõem o Terceiro Setor emergiram na década de noventa, representando uma grande promessa: a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza.

Ao questionar os membros da instituição sobre a atuação, percebe-se que a trajetória é bem abrangente:

A atuação do SPMNE na Paraíba acontece em três linhas: na mobilização e implementação de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, no acolhimento e apoio aos imigrantes e refugiados e na promoção do Protagonismo Juvenil – no enfrentamento à violência, que ameaça a vida das juventudes.

O Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste atua na Paraíba, mais efetivamente no Agreste e no Litoral, com práticas fundamentadas em princípios de solidariedade e altruísmo, transformando realidades, modos de vida, aspirações de indivíduos e comunidades. Uma organização sem fins lucrativos, segundo Drucker (1994, p.3), existe para provocar mudanças no indivíduo e na sociedade. Assim sendo, de que maneira as ações do SPM NE contribuem para o processo de transformação do indivíduo/sociedade?

O SPM é uma presença junto a grupos excluídos e empobrecidos. Hoje o SPM NE tem três áreas de atuação, sendo uma no semiárido, outra na periferia do município de Bayeux, juntamente com adolescentes e mulheres, e com refugiados em Jacumã. Nos três casos, o acesso aos direitos representa uma luta importante, seja o direito a ter acesso a água de beber e água de produzir, ou seja o direito a educação, a escola pública de qualidade, ou mesmo o direito a ser reconhecido como cidadão (a partir da solicitação de protocolo de refúgio), o acolhimento, abrigo, proteção, acesso a saúde e educação e direitos trabalhistas e documentais (ter um trabalho, abrir uma conta bancária, ser um cidadão como os brasileiros. No Semiárido destacamos a luta por direitos à população que foi historicamente marginalizada. A mobilização, os processos de educação para convivência com o semiárido e o acesso a benefícios são revolucionários para famílias e comunidades que vivem na zona rural do semiárido.

A fala acima, de um dos integrantes do SPM NE, revela que tratar de questões sociais, de direitos que foram e são historicamente negligenciados à população, é uma tarefa que requer um trabalho conjunto e contínuo. No acompanhamento às implementações das tecnologias sociais de acesso a água (cisternas) evidencia-se muitos depoimentos de famílias relatando com emoção que jamais imaginaram um pobre com uma cisterna em casa, tendo em vista que, durante muito tempo, cisterna era um produto de ricos.

Com o questionamento sobre como as ações do SPM NE contribuem para o processo de transformação do indivíduo/ sociedade percebe-se que esta transformação inicia-se no momento que os indivíduos são inseridos na dinâmica das ações da instituição e não se encerra. Em meio às ações desenvolvidas pela instituição destaca-se o trabalho de convivência com o semiárido.

A convivência com o semiárido se dá por meio de uma leitura coletiva do enfrentamento à seca. A seca é um fenômeno natural que não pode ser combatido. Dessa forma, pensar no semiárido na perspectiva de convivência significa criar estratégias para lidar com as dificuldades impostas por longos períodos de estiagem, a partir de práticas que já são desenvolvidas por agricultores/as experimentadores/as. Nesse sentido, o SPM NE, como tantas outras instituições que trabalham nesta perspectiva, atua como um instrumento de transformação social da realidade. Neste quesito, encontra-se os programas de acesso à água vinculados à rede ASA: “água de beber”, que é a cisterna de 16.000 litros de água para consumo humano – projeto um milhão de cisternas (P1MC) e “água de comer”, que é a cisterna de 52.000 litros de água para produção de alimentos e criação de animais - programa uma terra e duas águas e (P1+2). SPM Nordeste (2019)

O SPM iniciou o trabalho de construção de tecnologias sociais de armazenamento de água de beber nas comunidades rurais do município de Itatuba/PB no ano 2000 com recursos internos, da igreja e de campanhas. Em 2009 a instituição teve suas ações impulsionadas ao ingressar nos fóruns e redes que lutam pelos direitos sociais da população camponesa. De acordo com Tachizawa (2012, p.176), as redes têm sido saudadas, nas duas últimas décadas, como a mais significativa inovação humana no campo da organização da sociedade. Segundo o referido autor (2012, p.177):

Uma rede é um sistema de nós e elos capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum, cujos principais fundamentos são: autonomia, valores e objetivos compartilhados, vontade, conectividade, participação, multiliderança, informação, descentralização, múltiplos níveis e dinamismo.

Políticas públicas de acesso a água para consumo e produção de alimentos vem sendo implementadas na última década, a partir de iniciativas de organizações não governamentais e em especial pela atuação da Articulação do Semiárido

Brasileiro (ASA) e a Associação Programa um milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC) - personalidade jurídica que subsidia sua atuação.

A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). ASA Brasil (2019)

A ação articulada de entidades por meio dos processos participativos, com vistas ao desenvolvimento de um modo de vida mais justo e sustentável, tem grande impacto para a sociedade, em especial para as comunidades e regiões assistidas pelas organizações. Os processos participativos de construção da justiça social representam uma formação política, cujos valores culturais são resgatados e valorizados. O conhecimento técnico e científico não se sobrepõe aos saberes do campo, mas somam-se às experiências de agricultores e agricultoras experimentadores e experimentadoras.

4.1 Quanto à classificação e a origem dos recursos

O SPM NE no que diz respeito às atividades que desempenha, é uma entidade de caráter beneficente, educativo e cultural, criada com tempo indeterminado de duração. Ao ser questionada como se mantém, apresenta características particulares do Setor a que pertence:

A instituição se mantém por meio da sua rede de parcerias, que se estendem às instâncias da Igreja Católica por meio do setor social e sua ligação com a Cooperação Internacional e com a Articulação do semiárido brasileiro, por meio das políticas públicas de convivência com o semiárido, junto às esferas governamentais Federal e estadual, voluntariado e doações.

Em conversa com a equipe, foi questionado como ocorre a captação dos recursos da instituição e constatou-se que se dá na disputa de projetos que são lançados, hoje em dia, em editais na internet. São projetos com recursos públicos,

por meio dos governos Estadual e Federal (A gestão anterior e a atual negligenciaram esta e outras políticas), ou financiados pela cooperação internacional, recursos oriundos de entidades, na sua grande maioria, vinculadas à igreja católica – faz-se um projeto, apresenta-se uma proposta ou disputa-se um edital.

Como exposto em outro momento, parcerias/incentivos governamentais são frutos da incapacidade do Estado em atender às demandas sociais. A partir daí “surge então o fluxo de recursos que migram do Estado para as instituições do Terceiro Setor através de subsídios, incentivos fiscais, repasse de verbas, imunidades, isenção de tributos, etc.” Oliveira e Romão (2014, p.30)

Pode-se afirmar que, em relação à origem dos recursos financeiros e materiais, as instituições dependem das subvenções governamentais e recebem subvenções esporádicas que, como afirma Olak e Nascimento (2010, pg.10), normalmente são utilizadas como investimentos em projetos com fins específicos.

Ressalta-se que a razão de existência da instituição não é o lucro, o que não implica dizer que não venham a gerar um excedente de receitas sobre os custos e despesas. A otimização do uso dos recursos recebidos pode gerar um excedente que venha a ser um meio de manutenção da entidade ou fomentação de suas ações. Dessa forma, precisa-se considerar a abrangência do conceito de “lucro”, tendo em vista que é uma condição de sobrevivência de toda entidade, por isso deve ser bem caracterizado.

Partindo desta linha de raciocínio, outro questionamento foi muito pertinente: Como se constituiu/constitui o patrimônio da instituição?

A sede Jurídica do SPM NE, em Bayeux, foi construída através de um projeto apresentado a uma entidade da Cooperação Internacional, vinculada a Igreja Católica, denominada Cáritas Alemã, da rede Cáritas internacional. Além da construção deste patrimônio, outros dois núcleos de apoio e fortalecimento das atividades da instituição foram construídos com recursos provenientes de projeto:

O SPM NE executou vários projetos financiados pelos governos federal e estadual da Paraíba, como também com instituições privadas como a Fundação Banco do Brasil e a Petrobrás. Foram projetos de convivência com o semiárido, de fortalecimento à agricultura familiar, via contrato com a Associação Programa um milhão de cisternas para o semiárido (AP1MC), da Rede ASA. Com relação aos projetos executados, alguns contratos firmados

permitiram, regidos pelas deliberações legais do Terceiro Setor, que a sobra de recursos ficassem com as entidades executoras e fossem utilizados para manutenção das suas ações. A sobra de recursos nos permitiu construir nosso espaço em Ingá e Jacumã. O escritório que nos dá suporte para a execução e acompanhamento das políticas de convivência com o semiárido está localizado em Ingá, isso resultou na potencialização das ações no território que atuamos. O espaço construído em Jacumã acolhe hoje imigrantes e refugiados.

Dessa forma, a sobra de recursos, quando previsto em contrato, pode ser utilizada para integrar o patrimônio da instituição, fortalecer e ampliar suas práticas. Além disso, em épocas difíceis, como esta, a entidade se mantém basicamente destes recursos para continuar com as portas abertas e com equipe minimamente mobilizada e trabalhando.

O patrimônio das entidades sem fins lucrativos não pertence aos seus membros, visto que é fruto de iniciativas sociais que objetivam a produção de bens públicos, como indica Fernandes (1994, p.65). O patrimônio pertence à sociedade e o que produzem é de uso coletivo. “Não são normalmente caracterizados pela divisibilidade do capital em partes proporcionais, que podem ser vendidas ou permutadas.” Olak e Nascimento (2012, p.3). Dessa forma, diretores e associados não detém o patrimônio, ou parte dele, não podendo fazer uso particular do mesmo.

4.2 As práticas de gerenciamento dos recursos

Considerando que o bom desempenho das entidades, a prestação de contas à sociedade e aos financiadores representam indicativos positivos, analisou-se a postura do SPM NE, quanto aos aspectos relacionados à gestão. A entidade trabalha com algum sistema de informações?

Faz-se necessário pontuar que um sistema de informação (SI) segundo Gido (2018, p.102), “é um sistema de computador que aceita os dados como entrada, processa-os e produz informações úteis para os usuários.” Nas palavras da equipe de escritório:

O SPM NE trabalha com o sistema denominado Siga net, desenvolvido pela AP1MC para acompanhar as instituições que pertencem à Rede ASA. O Siga net é uma ferramenta que nos possibilita acompanhar todo o processo de execução dos projetos. Alimentamos o sistema com as informações dos beneficiários, da mobilização, seleção e cadastramento de famílias, formação/capacitação, construção das implementações e custeio do

projeto. O sistema vincula as informações e nos fornece uma série de relatórios, que representam instrumentos de gestão.

Pode-se inferir que um sistema de informações norteia o funcionamento de uma organização, permitindo-a identificar suas potencialidades e fragilidades, e conseqüentemente tomar as melhores decisões. O autor referido anteriormente, em continuidade a afirmativa, enfatiza que “o desenvolvimento de um SI é um processo desafiador que exige planejamento e controle extensivos para garantir que o sistema atenda às exigências do usuário [...]”

O Siga net tem funcionamento on-line, de fácil acesso, onde são inseridas todas as informações referentes a execução dos projetos. Estas informações são vinculadas a cada projeto, com número específico de contrato e conta bancária, equipe contratada para sua execução, orçamento financeiro, municípios atendidos e meta estabelecida, entre outras. O sistema é completo, desenvolvido especialmente para atender às necessidades dos programas da Rede e constantemente adaptado/melhorado. É alimentado pela equipe financeira de cada unidade gestora e as informações precisam refletir a realidade de campo (execução das atividades) e escritório (receitas e despesas).

A gerência do SPM NE trata minuciosamente das questões financeiras, em observância ao *Manual de orientações administrativo-financeiras e de prestação de contas*. O manual foi elaborado equipe da Auditoria e do financeiro da AP1MC com objetivo de orientar, servir de apoio para o esclarecimento das dúvidas mais frequentes, bem como viabilizar o processo de prestação de contas. Segundo a equipe financeira da AP1MC, este manual possibilita a criação de diretrizes, para que as instituições vinculadas à Rede ASA possam trabalhar dentro de uma mesma linha, num mesmo contexto, dando fluidez e correção aos processos de execução física e financeira dos programas.

Dos procedimentos gerenciais adotados pelo financeiro do SPM NE estão:

- Utilização dos recursos captados em conformidade com as disposições orçamentárias, com as prerrogativas do manual financeiro e de acordo com o plano de trabalho da instituição;
- Observância ao regulamento de compras e de contratação de obras e serviços da AP1MC;

- Atenção aos documentos hábeis e inábeis, bem como aos documentos sujeitos à solicitação de devolução de recurso – antes de efetuar os pagamentos, a instituição tem o cuidado de avaliar os documentos comprobatórios das despesas, afim de evitar erros;
- Identificação de quais custos estão previstos no orçamento;
- Arquivamento de documentação da instituição e dos projetos, como por exemplo: pasta com dossiês dos funcionários, pasta com encargos sociais e trabalhistas, pastas das despesas mensais de cada projeto, pastas de acompanhamento das etapas dos projetos, entre outras. Todas as pastas estão devidamente etiquetadas;
- Simetria entre registros físicos e financeiros;
- Certidões negativas atualizadas.

Em suma, o processo de gestão da instituição evidencia todo o processo de execução dos projetos. Constatou-se que o fato de pertencer a uma Rede faz com que o SPM NE desenvolva um trabalho eficaz, com práticas de controle interno que conferem transparência e credibilidade à instituição. A prestação de contas também faz parte do processo de gestão e representa uma obrigação perante a sociedade e os financiadores. Diante disso, a instituição foi questionada sobre a prestação e contas dos recursos captados. De acordo com a gestão do SPM NE ocorre de diferentes formas:

A primeira forma de prestação de contas ocorre durante os processos de mobilização e capacitação das famílias, tendo em vista que o processo é explicitado para os beneficiários. Por exemplo: movimentamos recursos em todas as etapas do processo de implementação das cisternas e as famílias tomam conhecimento dos recursos empregados. A entrega de um produto, como as cisternas, do ponto de vista material, representa uma prestação de contas, passiva de fiscalização interna (pela auditoria da AP1MC) e externa (os financiadores). Do ponto de vista financeiro, a prestação de contas é feita mensal para a AP1MC, durante todo o período de execução do contrato. A instituição também pode ser submetida à fiscalização interna e externa, para análise documental.

Observa-se que as entidades se obrigam no cumprimento de um planejamento físico e orçamentário e precisam prestar contas de acordo com as exigências do financiador, emitir relatórios, assessorar visitas de campo, entre outras

prerrogativas. As planilhas de conciliações financeiras mensais, são instrumentos de prestação de contas que precisam estar em conformidade com os documentos arquivados e acompanhadas dos relatórios de registros de gastos do Siga net, como também de extratos bancários da conta corrente e da aplicação financeira do mês em análise. As informações e o processo de gestão como um todo, permitem que a instituição tenha conhecimento e controle dos aspectos físicos e financeiros em todas as etapas do processo, contribuindo para tomada de decisões.

Finaliza-se os questionamentos com a seguinte indagação: como são tomadas as decisões na instituição?

Na tomada de decisões existem duas instâncias deliberativas: Assembleia Geral, composta por todos os sócios e sócias, para as questões mais gerais e um grupo gestor denominado Coordenação Colegiada, eleita de forma democrática por sua Assembleia, a qual atua diretamente na articulação, execução e gestão de todas as ações e projetos realizados pela instituição.

As principais decisões a serem tomadas não são feitas aleatoriamente, nem pela administração da ESFL, mas obedecem/seguem o que está disposto no estatuto. Decisões políticas e que tratam do funcionamento de uma entidade, são tomadas em assembleia ordinária, por meio de voto, com os associados e representações da sociedade. O SPM NE tem uma diretoria eleita a cada quatro anos dentro dos sócios, que são aproximadamente trinta pessoas. Elege-se uma diretoria composta pela figura do presidente, vice, tesoureiro, secretário e conselho fiscal. Uma pessoa da diretoria compõe a Coordenação colegiada, junto com outras duas pessoas, escolhidas pelo grupo (estas duas pessoas escolhidas não fazem parte da diretoria). A diretoria tem, sobretudo, uma função institucional, de representar a instituição perante os órgãos competentes e a Coordenação colegiada assume o andamento e execução dos encaminhamentos anuais discutidos e definidos em assembleias. Vale salientar que membros da diretoria (qualquer que seja o cargo, mesmo suplentes) e pessoas que tenham vínculo de parentesco com os dirigentes, não podem compor as equipes dos projetos executados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho pôde-se compreender que o Terceiro Setor se constituiu na perspectiva de valorização do ser humano. A dinâmica de funcionamento do SPM NE, sua origem, trajetória e os princípios que a fundamentam nos possibilitaram conhecer o perfil do Terceiro Setor e sua atuação na Paraíba. Com suas origens nas missões, no auxílio às classes excluídas e oprimidas, a instituição representa uma bandeira de luta por direitos historicamente negados e de resistência à migração forçada. Nesse contexto, percebe-se que as instituições de cunho beneficente se constituem como espaço de construção dos processos educativos, das identidades e saberes de uma população. A execução dos projetos de convivência com o semiárido brasileiro representam garantia de direitos que vão além do benefício de um produto (cisterna): o direito à vida, à água, à cidadania e a valorização da cultura. A atuação do SPM NE é vinculada a uma Rede de instituições que trabalham, de forma organizada e sistemática, em defesa da vida e da garantia de direitos da população. O território de atuação do SPM NE é o Agreste e o litoral paraibano.

O contato com as pessoas que constituem o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste permitiu observar e participar do cotidiano do semiárido, compreender a relação das famílias com o campo e as possibilidades que ele oferece. Constatou-se, em todas as etapas de implementação dos projetos (da seleção, aos processos de formação e construção do produto em si), que a instituição se fortalece junto aos beneficiários e que as relações de aprendizagem são mútuas – a Educação é uma das principais bandeiras da instituição, visto que todo processo de mudança de realidade é um processo educativo.

É possível afirmar que o terceiro setor se fundamenta num esforço coletivo de construção de um novo modelo de sociedade, através de olhares para uma realidade marcada por desafios e possibilidades. Neste contexto, os sujeitos superam a condição de expectadores de um modo de vida e passam a ser protagonistas dessa construção.

Do ponto de vista da gestão, a instituição desempenha suas atividades de maneira articulada, estando campo e escritório em sintonia. Num primeiro momento foi possível conhecer o funcionamento do SPM NE e identificar que as funções dos

membros/funcionários são interdependentes. Identificou-se que a execução dos projetos seguem as orientações administrativo-financeiras e de prestação de contas da Rede ASA, através da personalidade jurídica Associação Programa Um milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), bem como as políticas de controle interno da instituição. Na instituição foram evidenciadas práticas de planejamento, reuniões periódicas para avaliação de resultados, interação entre a equipe, organização da documentação financeira, entre outras.

Constatou-se que a captação de recursos e por conseguinte a manutenção e construção do patrimônio da instituição estão atrelados aos projetos disputados e executados, sendo eles a principal fonte de recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Assim sendo, o conceito de lucro no terceiro setor assume um sentido distinto e diferenciado dos demais: o lucro é condição de existência de toda e qualquer atividade, mas assume o papel de manutenção e fomentação das ações de uma instituição, até mesmo na construção do seu próprio patrimônio – este não pertence aos seus membros, nem financiadores ou colaboradores e, conseqüentemente, não pode ser dividido.

As práticas do SPM NE permitem concluir que sua atuação consiste em um processo sério, comprometido com a melhoria da qualidade de vida da sociedade e que, assim como o primeiro e o segundo, o terceiro setor segue uma legislação específica, bem como procedimentos de gestão e controle das informações produzidas. Conclui-se também que o SPM NE contribui para que as pessoas sejam protagonistas de suas histórias e de seus processos de libertação. Para além disso, Contribui e contribui na elaboração, implementação e acompanhamento de políticas. Atualmente estas iniciativas estão sendo ameaçadas, frente às questões governamentais que têm assolado a todos e comprometido direitos.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. Algumas questões sobre a imunidade tributária. In: MARTINS, Ives Granda da Silva (Coord.). **Imunidades Tributárias. Pesquisas Tributárias**, n.4, co-edição Centro de Extensão Universitária. São Paulo: RT, 1998.

ANDRADE, Guy Almeida. Contabilidade de entidades sem fins lucrativos. Cursos sobre Temas contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do estado de São Paulo. São Paulo:Atlas, 1991, v.4.

ASA – Articulação do Semiárido brasileiro. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/sobre nossa história](http://www.asabrasil.org.br/sobre_nossa_historia). Acesso em 10 de Fevereiro de 2019.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor**: temas polêmicos. São Paulo: Petrópolis, 2004.v.1.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de Organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

COSTA, D. P. Prestação de contas. In: SZAZI, E. (org) **Terceiro setor**: temas polêmicos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GAMBOA, Silvio Sanchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó: Argus, 2007.

GIDO, Jack; CLEMENTS, Jim; BAKER, Rose. **Gestão de Projetos**. 7.ed. São Paulo, SP: Cengage, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo. Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

_____. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Pesquisa bibliográfica. In: _____ **Metodologia do trabalho científico**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. Imunidade Tributária das Instituições de Educação e de Assistência Social e a Lei 9.532/97, In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Coord). **Imposto de Renda e Alterações Fundamentais**. São Paulo: Dialética, 1998. V.2, p.69.

MARTINS, Eliseu. Um exemplo real de contabilidade por fundos. **Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços**. São Paulo, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NASCIMENTO. Diogo Toledo; OLAK. Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégias de atuação**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Principais obrigações tributárias, contábeis e fiscais no Brasil**. [2011]. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/obrigacoes.htm>>. Acesso em Janeiro de 2019.

SPM NE – Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste. Disponível em : <http://www.http://spmnordeste.blogspot.com/>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2019.
SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: temas polêmicos**. São Paulo: Petrópolis, 2004.v.1.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Entidades sem fins lucrativos – Imunidade e isenção tributária – Resumo prático**./Lucia Helena Briski Young./4ª edição./Curitiba: Juruá, 2008. 370p. (coleção Prática contábil). 1. Entidades sem fins lucrativos. I. Título.

WOLF, Thomas. **Managing a nonprofit organization**. New York: Prentice Hall Press, 1990.

APÊNDICE

Entrevista Semiestruturada

Questão 1 - Qual a origem do SPM NE?

Questão 2 - Em que área(s) a instituição atua?

Questão 3 - De que maneira as ações do SPM NE contribuem para o processo de transformação do indivíduo/sociedade?

Questão 4 - Como a instituição se mantém?

Questão 5 - De que forma ocorre a captação dos recursos da instituição?

Questão 6 - Como se constituiu/constitui o seu patrimônio?

Questão 7 - A instituição trabalha com algum sistema de informações?

Questão 8 - Quais são os procedimentos de gestão adotados pelo SPM NE?

Questão 9 - Existe prestação de contas dos recursos captados?

Questão 10 - Como são tomadas as decisões na instituição?